

## Editorial



Educação: Teoria e Prática, Rio Claro, SP, Brasil - eISSN: 1981-8106

Está licenciada sob [Licença Creative Common](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

Com este número encerramos as publicações da revista Educação: Teoria e Prática do ano de 2016. Um ano cheio de mudanças, surpresas, desafios, em todas as dimensões da vida, e que afetaram em especial nossas vidas como cidadãos e como educadores. Vivemos um tempo de luto pela Democracia que, tão jovem, já se vê diante de ameaças. Em particular, tivemos as mudanças propostas para a Educação Básica nos colocando em situação de alerta e preocupação com o que virá nos próximos anos. Vinte para sermos exatos!

O debate sobre a Educação, quer seja no âmbito da Base Nacional Comum Curricular, quer seja na perspectiva da Formação de Professores, com as Diretrizes Curriculares Nacionais, ocupou o centro das discussões após a mudança de governo. No entanto, conforme as medidas e as novas políticas eram anunciadas, sem tempo para o devido esclarecimento da sociedade, aconteceram mobilizações nos quatro cantos do país, com a participação dos mais diversos segmentos: alunos, pais, professores, pesquisadores, políticos, e que obstruíram parte de um processo de mudanças repentinas.

Entretanto, ainda não se tem muito a comemorar, pois as mudanças continuam na pauta e é preciso acompanhá-las para evitar retrocessos.

Em relação à formação de professores, a luta precisa continuar na esperança de se reverter algumas das rotas alternativas que se encontram em curso, bem como estancar parte das medidas provisórias que ameaçam a Educação Básica com “pacotes” advindos de nichos comprometidos com o poder hegemônico. Há necessidade de se olhar com atenção para os heterogêneos quadros que se configuram quando nos referimos à formação para o exercício da docência nas diferentes regiões do país, mas não se deve standadizar a formação e nem fazer do mercado da formação o negócio vindouro.

Embora tenha havido, por um lado, a massificação da Educação no país - e isso não pode ser ignorado - por outro não se ignora a sua própria precarização, começando pelas

perdas salariais acumuladas ao longo de décadas pelos professores da escola básica que, somadas às condições de trabalho, resultaram na baixa atratividade que a docência como carreira profissional vem apresentando nos últimos anos.

Vive-se um momento de profunda crise... de valores, de projetos, de ética, de conhecimento, que podemos chamar de crise civilizatória. Mas crise também pode significar oportunidade de revisão de nossa trajetória. Pode significar, parafraseando Kenneth Zeichner, OLHAR ACIMA DO RADAR.

Zeichner, em sua crítica à Universidade Norte Americana, diz que OS PROFESSORES ESTÃO OLHANDO ABAIXO DO RADAR, ou seja, não estão “vendo” nada na medida de que não estão conseguindo acompanhar as reformas em curso com a devida atenção que elas merecem...

Quanto a nós, responsáveis pela Revista EDUCAÇÃO: TEORIA E PRÁTICA, temos feito o possível, no plano das edições, para anunciar que no front da produção de conhecimento existe um esforço para trazer à tona não só os problemas brasileiros na esfera da Educação, mas também perspectivas de encaminhamentos que podem não trazer soluções a curto prazo, mas, assim como as “andorinhas”, os sucessivos números da revista, anunciam que se pode ter um “verão”.

Buscando este propósito este número está composto por 13 artigos organizados em diferentes temáticas imbricadas entre si. O primeiro artigo de Gicele Maria Cervi, Monique Cristina Francener Hammes Schütz, “Currículo, criança e infância” tem como foco o ofício de aluno na rede municipal de Blumenau, Santa Catarina. Trata do distanciamento entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, bem como da fragilidade quanto às concepções de criança e currículo e a intensificação da escolarização. Na passagem da Educação Infantil para o Ensino Fundamental, as crianças tornam-se aluno.

No segundo artigo, Dostoiowski Mariatt de Oliveira Champagnatte, “Concepções acerca do professor e da escola no cinema brasileiro”, nos chama a atenção para o universo do ofício de professor e da escola. Se sai do ofício de aluno e se entra no ofício docente, tendo como cenário filmes brasileiros contemporâneos a partir de uma análise crítica do discurso fílmico, envolvendo texto, prática discursiva e prática social. A partir dessa abordagem tridimensional se questiona os filmes analisados com ênfase na semiformação; a anulação do ensino, no binômio ensino-aprendizagem, em prol do aprendizado autônomo; e o conformismo social. Dando continuidade a questão do professor, o próximo artigo, de Liane Cristina Figueredo

Soares, Cecília Maria de Alencar Menezes, Jane Luci Ornelas Freire, “As histórias de vida na profissão docente” vem como uma extensão do texto anterior, focalizando de maneira pedagógica o método (auto)biográfico no exercício da função de professor. É como se dissesse para as críticas levantadas sobre as abordagens filmicas: eis um caminho que contempla o que os professores são e fazem, assim como o trabalho docente na escola. Nesta direção, o uso da abordagem das histórias de vida, como metodologia, privilegia a coleta de informações contidas na vida pessoal, não se tratando de mera descrição de fatos, mas como um esforço de reconstrução da memória, atribuindo novos sentidos.

O próximo artigo explora com mais amplitude um tema que apareceu no segundo texto vinculado a questão da cultura escolar, bem como terceiro texto sobre histórias de vida na exposição de José Manuel Matos, Elmha Coelho Martins Moura, “Cultura de uma escola técnica portuguesa nos anos 1950 — a Escola Industrial e Comercial Alfredo da Silva”. Trata-se de estudo histórico documental de caso: a EICAS em que se trabalhou com finalidade e missão; normas, valores e crenças; redes sociais; rituais, tradições e cerimônias; histórias e histórias de vidas e identidades vinculados a uma escola de formação profissional a serviço das necessidades dos empregadores e das aspirações dos jovens dessa região.

Como entramos no universo da escola, o quinto e o sexto artigos retomam a questão do aluno não mais em seu ofício, mas no atendimento escolar, entrando no contexto dos estudantes com necessidades de atendimento especial. No quinto artigo, Carina Alexandra Rondini, Nielsen Pereira, “Atendimento Educacional Especializado ao Superdotado em Escola Pública Americana e Contribuições para o Contexto Brasileiro” aprofundam o universo de um serviço de atendimento educacional especializado oferecido a estudantes com altas habilidades/superdotação (AH/SD), por uma escola pública americana do Estado de Indiana, do jardim de infância ao 4º ano do ensino fundamental. Nesta direção estabelece uma relação com a realidade nacional na qual as práticas brasileiras focadas na suplementação do ensino para os estudantes com AH/SD, mostram divergências com as práticas de aprendizagem observadas, as quais buscam oferecer um ensino não apenas complementar, mas condizente com as potencialidades desses estudantes, ao investir em modos diferentes de agrupamento e adotar métodos pedagógicos que priorizem o atendimento às diversas necessidades individuais dos estudantes, dentro da sala de aula. No sexto artigo, Adriana Garcia Gonçalves, Bia Nicoletti, Geresa Ferreira Lourenço, “Caracterização do atendimento escolar de alunos com deficiência física em um município do interior paulista”, a ênfase volta-se para o atendimento educacional ofertado aos alunos com deficiência física em uma

Secretaria Municipal de Educação de uma cidade de médio porte do interior paulista. Assim sendo, ao caracterizar este atendimento, o artigo chama a atenção para duas questões centrais: a primeira refere-se às políticas para o atendimento, enquanto que a segunda trata da organização do atendimento para o aluno com deficiência física, concluindo que há inúmeros fatores para contemplar a inclusão escolar do aluno com deficiência física, bem como muitas ações são necessárias para garantir escolarização e participação social deste público-alvo.

Fechando estes dois textos, o sétimo e o oitavo artigos tentam aprofundar a questão anterior no âmbito da formação. No sétimo artigo, Crislaine Aparecida Spinazola, Glauciene Pinheiro da Silva, Michelle Roberta Pavão, Raira de Azevedo, Ailton Barcelos da Costa, Maria Amélia Almeida, Rosimeire Maria Orlando, “Formação do licenciando da UFSCar para atuarem com os alunos público alvo da Educação Especial”, apresenta na perspectiva de uma categoria dos Profissionais da Educação que presta serviços a estes portadores de atendimento especial (educação especial) como ocorre a formação de professores, tendo como base desse levantamento estes estudantes em formação. O texto evidencia que há lacunas na formação de professores nos cursos de Licenciatura, concluindo que há necessidade de se repensar formas de preparar esses professores, pois estes cursos não dão nenhum tipo de apoio para uma formação específica em que este professor possa preparar atividades que englobem toda sala de aula, assim como possam abranger os alunos público alvo da educação especial. No oitavo artigo, Bárbara Amaral Martins, Rosilaine Cristina da Silva, “Formação docente na perspectiva da Educação Inclusiva”, ao contrário do anterior, se busca na análise de teses e dissertações dos programas de Pós-graduação em Educação no Brasil fazer um levantamento da produção científica nacional relacionada à formação docente para a Educação Inclusiva. Entre as evidências chama-se a atenção para o fato de que há uma tendência à generalização no que se refere ao público da Educação Especial; a formação dos professores especialistas tem sido pouco investigada, possivelmente, em decorrência da “crise de identidade” que se instalou a partir da dicotomia generalidade x especialidade e de que há necessidade de novas investigações sobre a formação requerida pela Educação Inclusiva, tanto para professores de sala regular quanto de salas de recursos multifuncionais, visando a superação dos conflitos ideológicos em favor da concretização de uma educação que é para todos, mas que respeita a individualidade de cada um.

Na direção da formação profissional, o nono artigo, Diêgo Ferreira Oliveira, Jackeline Maria de Souza, “Habilidades sociais e formação acadêmica”, trata de um estudo comparativo entre graduandos e profissionais de psicologia, apontando que não houve diferenças

significativas no escore geral de Habilidades Sociais entre os estudantes de início e final do curso e nem entre estudantes de final do curso e psicólogos. Dando continuidade a questão da formação profissional, mas na direção da Pós-graduação, o décimo artigo, Altair Alberto Fávero, Gionara Tauchen, Catia Viero Piccolo Devechi; “Percurso formativo e inserção profissional dos doutores em educação”, investigou as trajetórias e os destinos institucionais dos egressos dos cursos de doutorado em Educação das universidades públicas brasileiras nos últimos 12 anos (2000-2012). A pesquisa constatou que dos 3.598 egressos pesquisados quase 1/3 dos pesquisados titulou no doutorado entre 10 e 15 anos após a graduação; enquanto que cerca de 15% realizou o doutorado entre 20 e 25 anos após a graduação; concluindo que menos de 25% dos pesquisados estava com orientações de mestrado em andamento no ano de 2013 e que menos de 10% vêm contribuindo com a formação de novos doutores.

Mudando de rota, o décimo primeiro e o décimo segundo artigos tratam de temas *sue generis*. No décimo primeiro artigo, Juliano dos Santos, Kátia Maria Kasper; “Andanças: Pesquisa e formação como processualidade subjetivante”, busca explorar as relações entre corpo e subjetividade e formação a partir de alguns aspectos que envolvem “o fazer uma pesquisa”. Neste contexto, a partir do método cartográfico buscou acompanhar encontros com corpos, danças, contato improvisação, biodança, vidas em formação, tendo como perspectiva produzir percursos de uma pesquisa no processo de formação de um pesquisador apresentando elementos menores, minoritários; não o ensino, a representação ou a descoberta do mundo, mas *uma* pesquisa, *um* movimento, *uma* inquietação, *uma* invenção de mundos, agenciamentos do desejo. Já o décimo segundo artigo, Carlos Riádigos Mosquera, Suzana Martins Esteves, “Saberes e Movimentos Sociais”, buscou a partir da reflexão teórica compreender a contradição de querer entender o mundo a partir de posições monológicas nos plurais contextos contemporâneos, tendo como perspectiva: as alianças geradas entre a ciência moderna e o sistema capitalista e os conflitos internos nas disciplinas mais relacionadas com as humanidades, gerando estruturas de conhecimento isoladas e ineficientes para entender os desafios contemporâneos. Nesta direção, a partir da ajuda de referenciais, como a “ecologia dos saberes” e a educação democrática propõe-se o protagonismo de estruturas de conhecimento em rede abertas, plurais e permanentemente interligadas, e também a inclusão epistemológica de diferentes saberes para entender e nos relacionar de um jeito mais justo e democrático com as diferentes culturas e povos do planeta.

Fecha este número, o artigo de Sara Badra de Oliveira, “A assessoria privada de gestão educacional na rede municipal de ensino de Campinas”, tendo como objetivo contribuir com a

compreensão das atuais reformas gerencialistas que reconfiguram a administração pública sob o argumento de torná-la mais eficaz e capaz de responder às demandas sociais pela melhoria da qualidade da educação pública. O texto focaliza um convênio firmado entre uma Prefeitura Municipal do interior paulista e a organização Comunitas por meio de uma proposta de assessoria de gestão por resultados de forma a situá-la em um contexto mais amplo de emergência das estratégias da Terceira Via no Brasil. Portanto, o que se busca apresentar é uma alternativa às políticas gerencialistas, na esteira da administração pública societal.

Com este texto fechamos este número de “tempos líquidos”, analogia utilizada por Zygmunt Bauman para nos dizer que estamos vivendo um tempo em que a insegurança nos precede... Mas, novamente é preciso lembrar que, embora uma “andorinha” sozinha não faça o verão, ela o anuncia. É com este desejo que fechamos 2016 e anunciamos 2017, esperando que, a partir do conhecimento que produzimos, ao debater, pesquisar e agir no campo educacional, possamos combater os retrocessos colocados pelo “falso socialmente necessário”, colocando a Educação no centro dos interesses sociais, para que de fato possamos manter e consolidar a Democracia brasileira, alicerce para uma sociedade livre e igualitária.

*Samuel de Souza Neto*